



Anais da Assembléia

Nº 192

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

Atos da Presidência:

LEI N° 11.250

DATA: 15 de dezembro de 1995

SÚMULA: Cria o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói, com os seguintes limites e confrontações:

"Inicia-se no KM 404,7 da Rodovia BR 373 que liga a BR 277 a Pato Branco; deste ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do córrego denominado Talaveira, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o Município de Cândói no sentido Sudoeste até o Rio Jordão; deste segue pela margem direita do referido Rio, agora confrontando com o Município de Pinhão, no sentido Sudoeste até o Rio Iguazu, deste segue pela margem direita do referido Rio, agora, confrontando com o Município de Mangueirinha, no sentido Sudoeste, até o KM 427 da BR 373, Cabeceira da ponte que liga Cândói a Mangueirinha, deste segue pela referida Rodovia no sentido Noroeste, confrontando com o Município de Cândói até o Km 404,7 da Rodovia 373 onde iniciou-se e encerra a presente descrição."

PERÍMETRO URBANO

Iniciando o marco 0=PP cravado nas confluências de terras pertencentes a Cristiano Wollff e margem direita da Estrada Municipal GA 520 sentido BR 373/Segredo, deste marco segue com o azimuth AZ 113°33'57" e distância de 380,41m, confrontando com Cristina Wollff até o marco n° 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância 89,56m, até o marco n° 02, com AZ 206°22'56" e distância 112,62m, até o marco n° 04 com AZ 291°22'29" e distância 124,57m, até o marco n° 05 com AZ 193°02'35" e distância 494,41m, até o marco n° 07, com AZ 94°36'38" e distância 291,06m, até o marco n° 08 todos confrontando com o Reflorestamento Morro Verde (Trombini); deste segue com AZ 183°16'14" e distância 261,60m, até o marco n° 09, AZ 190°50'19" e distância de 199,93m, até o marco n° 10, AZ 271°17'53" e distância de 53,99m, até o marco n° 11, AZ 281°44'57" e distância de 92,53m, até o marco n° 12, AZ 180°46'15" e distância de 167,57m, até o

marco 13, todos margeando a Estrada de acesso ao Aeroporto e confrontando com Vinícius Reis e outros; deste segue com o AZ 217°39'34" e distância de 157,44m, até o marco n° 14, com AZ 269°07'37" e distância de 82,85m, até o marco n° 15, com AZ 183°19'05" e distância de 287,84m, até o marco n° 17, com AZ 346°37'47" e distância de 310,45m, até o marco n° 18, com AZ 281°39'43" e distância de 289,99m, até o marco n° 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m, até o marco n° 20, todos confrontando com João Maurina, deste segue com AZ 329°56'17" e distância de 90,92m, até o marco 21, com AZ 330°19'30" e distância de 613,98m, até o marco n° 22, confrontando com Aldino Hittinger; deste segue com AZ 327°31'52" e distância de 101,96m, até o marco n° 23, com AZ 328°52'43" e distância de 92,99m, até o marco n° 25, com AZ 38°58'25" e distância de 309,56m, até o marco n° 26, com AZ 49°23'25" e distância de 94,37m, até o marco n° 27, com AZ 33°37'40" e distância de 81,99m, até o marco n° 28, com AZ 37°44'13" e distância de 501,94m, até o marco 29, todos confrontando com Zalmir Farias e outros; deste segue com AZ 105°15'51" e distância de 128,98m, até o marco n° 30, com AZ 103°36'41" e distância de 115,53m, até o marco 31, com AZ 99°54'02" e distância de 68,90m, até o marco n° 32, todos confrontando com Walter Pflanzner, deste segue com AZ 82°00'20" e distância de 343,26m, até o marco n° 33, com AZ 359°16'10" e distância de 199,61m, até o marco n° 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m até o marco n° 35, confrontando com Idavino Possamas e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e distância de 196,59m, confrontando com Cristiano Wollff até o marco n° 0=PP, onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO N° 023/95

DATA: 15 de dezembro de 1995

SÚMULA: Altera a redação da Resolução n° 16/95 que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Bela Vista da Caroba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º, da Resolução nº 16/95, de 07 de novembro de 1995, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Bela Vista da Caroba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no Distrito e Bela Vista, no Município de Pérola do Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Caroba".

COM O MUNICÍPIO DE AMPÉRE:

Inicia na foz do Lageado Bonito no Rio Capanema, sobe por esta até encontrar a foz do Rio Alegre.

COM O MUNICÍPIO DE PRANCHITA:

Inicia no Rio Capanema na foz do Rio Alegre, sobe por este até encontrar a estrada que liga Vista Gaúcha - Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a divisa da Gleba 9-PO - Imóvel Missões com Dambros & Piva, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até o cruzamento com o Arroio Pinhalzinho.

COM O MUNICÍPIO DE PÉROLA DO OESTE:

Inicia o cruzamento da Gleba 09-PO - Imóvel Missões com Dambros & Piva no Arroio Pinhalzinho, desce por este até a sua foz no Lageado Grande, desce por este até a foz do Córrego Tateto, sobe por este até sua cabeceira na estrada que liga Bela Vista-Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira do Córrego Gaúcho, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Leste até a cabeceira do Córrego Gaúcho, desce por este até a sua foz no Lageado Bonito, desce por este até sua foz no Rio Capanema.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.12.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 021/95

DATA: 14 de dezembro de 1995

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos

do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, com as divisas a seguir especificadas:

"Inicia-se no Rio Açungui, na foz do Arroio Águas Claras, daí segue para a sua nascente até encontrar a estrada do Pinheirinho; seguindo até o Ribeirão Palmital ou São Silvestre; descendo por este até a foz do Rio Ribeirinha, aí segue o Rio Ribeirinha até a foz do Rio Tapera, subindo por este até a confluência com o Ribeirão Caiva, subindo por este até sua nascente; daí segue por linha seca e reta até a nascente do Rio Pavão dos Silvas, que desce até a foz do Rio Açungui, daí segue subindo o Rio Açungui, até encontrar o Arroio Águas Claras, início desta descrição".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.12.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Wal-

mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4052 "A"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 020/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, item 01 da Ordem do Dia de hoje, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 19.12.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 4050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições vem comunicar à V. Exa., que nos dias 20 a 28 de dezembro do corrente ano, ausentar-se-á deste Poder Legislativo, para atender ao convite anexo, em Santiago do Chile.

Outrossim, comunica ainda que a partir do dia 28 dezembro até 16 de janeiro de 1996, estará ausente do país.

Sala das Sessões, em 19.12.95

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 4051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente contendo voto de congratulações à diretoria, jogadores, comissão técnica e torcedores do Clube Atlético Paranaense, pela brilhante conquista do Título de Campeão da Série B do Campeonato Brasileiro de Futebol, o que lhe valeu a sua ascensão à Série A para a próxima temporada de 1996.

Através de seu Presidente, Senhor Mário Celso Petraglia, o requerente torna extensivos os seus cumprimentos a toda a sua valiosa equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Irineu Colombo, Eduardo Trevisan, Albanor Gomes, Doutor Rosinha, Ricardo Chab, Nereu Moura, José Maria Ferreira, Péricles Mello, Orlando Pesutti, Sâmis da Silva, Geraldo Cartário e Anibal Khury.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 565/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança de São Miguel do Iguaçu foi criada em 24 de agosto de 1994, tendo como principais objetivos determinados em estatuto, ampliar o acesso da população ao planejamento familiar, garantir o acesso à assistência ao pré-natal, parto e puerpério e melhorar a qualidade dos serviços.

Dentro dos seus objetivos estão também reduzir e eliminar o tétano neo-natal, sífilis congênita e outras doenças de transmissão vertical, reduzir a incidência de baixo peso ao nascer, aumentar a frequência da amamentação materna, reduzir as mortes e casos graves por infecções intestinais, infecções respiratórias, em especial as pneumonias em menores de cinco anos e manter o controle das doenças preveníveis por vacina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao horário das palavras a serem concedidas, é com satisfação que o Deputado Duílio Genari, de Toledo anuncia em nosso meio, e também a Mesa Executiva sente-se honrada, todos os membros, - com a presença de Maria Joana Parizotto, de Francisco Beltrão - Miss Paraná/Universo-1995 e de Karina Bomm, de Curitiba, Miss Paraná/Mundo-1995, que virão cumprimentar os Senhores Parlamentares.

Convido o Deputado Luiz Claudio Romaneli, Jocelito Canto e Péricles Mello para acompanhar as misses até o nosso Plenário.

O SR. NELSON TURECK - Questão de ordem,

Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Quero registrar a presença do ex-Presidente do Legislativo de Luisiânia, o qual participou comigo na administração quando era Prefeito e hoje Vereador daquela cidade, o Vereador José Alberto Salvadori.

É uma satisfação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado e associado com a Mesa Executiva a presença do ilustre Vereador e dos seus acompanhantes.

Convidamos também o Deputado Nelson Tureck e nossa única representante do sexo feminino, a ilustre Deputada Irondi Pugliesi, para conduzirem as nossas misses até o Plenário.

Suspensa a sessão para os devidos cumprimentos.

Reaberta a presente sessão.

Convido o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para em nome da Casa, fazer a saudação às ilustres visitas que nos honram com as suas presenças e representaram não só as cidades de Curitiba e Francisco Beltrão, mas também o Paraná e a mulher brasileira nos concursos onde estiveram representando a beleza da nossa mãe, da nossa irmã, da nossa filha e da mulher do nosso coração.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez esse Parlamento, sente-se orgulhoso de ver aqui ora representantes de sindicalismos, ora representantes das mais variadas camadas sociais deste meu Estado paranaense, ocupando ora a mesa de honra desta Casa, ora as galerias, aqui reivindicando e gritando pelos seus ideais. E vemos nesta tarde duas jovens, que começam a desabrochar como a flor. Você planta, você água, você cuida com a maior dedicação e com o maior carinho; aí começa a nascer a rosa, ela começa a desabrochar para o encanto do jardim.

Assim considero a mulher, porque para mim a mulher que embala um berço, ela tem o direito de reger a humanidade. A mulher que embala um berço, seja ela negra ou branca, porque as suas amamentam, quando tiram os seios para colocar na boca sagrada do filho amado, o leite é da mesma cor, seja ela negra, da cor de Nossa Senhora Aparecida, ou seja ela branca da cor de Virgem Maria.

E nesta tarde, em nome da mulher brasileira, do meu Estado, o Estado mais lin-

do da confederação brasileira, Estado de grandes estadistas, de grandes Deputados, de um Parlamento sério, de grandes governadores, como é meu Governador Jaime Lerner, o maior Governador da história desse País, nós também temos aqui duas jovens, que representam a beleza, a graça, o sublime da mulher brasileira do nosso País. Sejam bem-vindas! Maria Joana Parizotto, é Miss Paraná e vai levar o meu Paraná para disputar o Miss Universo; a Karina Bonn é de Curitiba, é Miss Paraná e vai disputar o Miss Mundo. Que felicidade! O Paraná tem dado tantas mulheres, como deu a Deputada Irondi Pugliesi, ao Parlamento do meu Estado, defendendo as raízes que saem das entranhas da mulher brasileira. Como deu a vice-Governadora, Emilia Belinati, que também tira do seu ventre as raízes em defesa da mulher brasileira, te saúdo, jovem toledana, te saúdo, jovem do Oeste do Paraná que vão falar alto, cantar alto a beleza sublime da mulher brasileira do meu Estado. Sejam bem-vindas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra Maria Joana, da terra do Deputado João Arruda, e nossa conterrânea fará um agradecimento pelas palavras e pelo carinho dos Senhores Parlamentares.

A MISS MARIA JOANA - Primeiro, quero dizer, que é um prazer enorme para mim estar aqui com vocês. Quero agradecer o carinho com que fomos recebidas aqui também e dizer que vou tentar representar este Estado maravilhoso que é o Paraná da melhor forma possível no Miss Brasil em março, no dia dezessete.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Karina também fará um agradecimento especial ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e aos Senhores Parlamentares.

A MISS KARINA BONN - Gostaria de dizer que é muito bom estar aqui com vocês, pois vocês nos receberam com muito carinho, e agradecer as palavras do Deputado Alborghetti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspendemos a sessão por dois minutos, para que os Senhores Parlamentares possam cumprimentar pessoalmente as nossas misses, e em seguida retornaremos à sessão normal.

(Suspensa a sessão)

Concedo a palavra ao orador inscrito, Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

A Assembléia inicia efetivamente no dia de hoje, o seu período extraordinário: votando dois projetos de maior importância do Estado do Paraná. Um dos projetos, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, acredito que, disciplina, ou pretende disciplinar, todo o processo de concessão do serviço público do nosso Estado, Projeto tão importante, Senhores Parlamentares, tão vasto, que é impossível votá-lo numa sessão, como essa de hoje, sem que tenhamos uma ampla discussão sobre este assunto. Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares: "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências."

Os nobres Parlamentares, tenho certeza, já avaliaram, leram. Este projeto tem quarenta e quatro artigos, determinando todo o processo de concessão do nosso Estado do Paraná.

É um projeto, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que ninguém vai poder aqui, dizer que ele necessita ser votado antes de 31 de dezembro, porque não é um projeto que estabelece impostos, Deputado Chab, não é um projeto que exija aprovação antes do final do exercício financeiro. É um projeto que pode perfeitamente valorizar esta Casa, Deputado Rossoni, chamando as forças vivas da sociedade, os segmentos interessados, sim, por que não? Por que a Assembléia não pode discutir um projeto dessa magnitude, com as entidades interessadas no segmento, por exemplo, numa terceirização de conservação de estradas. Por que não discutir com as empresas, com a POP, com os Sindicatos, com os municípios interessados, com as associações municipais, valorizar um projeto dessa natureza, para que a Assembléia possa sair fortalecida do episódio? Precisa votar hoje, precisa votar no período extraordinário, precisa ser implantado antes do final do ano? Não. Não necessita. Pode ser discutido no mínimo, até o último dia da convocação do período extraordinário, no mínimo até o início das sessões legislativas do ano que vem.

E viéssemos a valorizar esta Assembléia Legislativa? Chamo a atenção do seguinte, porque gostaria de deixar registrado isso. Quem de nós sentado aqui neste Parlamento, é capaz de subir aqui nesta tribuna e detalhar sobre este projeto? Quem de nós pode subir nesta tribuna e se submeter a uma sabatinação dos Parlamentares, da imprensa aqui presente, das pessoas que estão assistindo? Vou além, quantos de nós abriu este projeto e leu os 44 artigos, que autorizam esta concessão e permissão da prestação do serviço público

do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, tantas e tantas vezes, vejo reclamarem, e sou um deles, de prerrogativas do Parlamento, de respeitabilidade ao Parlamentar, de tratamento, a quem representa o povo no real valor que ele merece. Mas convenhamos, não acho possível votar este projeto na primeira sessão do período extraordinário sem discussão com a sociedade, sem entender sua verdadeira amplitude. E se ele fosse urgente e necessário por força do final do exercício de 1995, tudo bem. Mas ele não prejudica em nada o Estado do Paraná. Não traz nenhum tipo de problema ao governo para que esse projeto possa sair da Ordem do Dia, merecer uma discussão maior e retornar, na sequência.

Gostaria de pedir apoio, inclusive, às Lideranças da Bancada da maioria, a um requerimento simples que temos sobre a mesa. Inicialmente, pedindo a retirada por cinco sessões esse projeto, para que possamos sentar e ver se temos condições de votar na sequência das cinco sessões ou se é melhor ampliar esse debate, valorizar a Assembléia Legislativa.

O outro projeto, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, é que autoriza o governo na venda das ações da COPEL. Torna-se claro a posição, principalmente da Bancada do PMDB, pela qual posso falar, e tenho certeza também, nos demais Partidos de Oposição e demais Deputados, inclusive, que compõem base de sustentação do Governo.

Não se confunda, não estamos contra o que o governo possa fazer através das ações, que detém na COPEL, recursos para aplicar em atividades de desenvolvimento do Estado do Paraná. Somos contra que se dê de presente a COPEL, fruto de tantos e tantos governos, onde quantas e quantas prioridades foram deixadas de lado, para aplicar recursos na construção de Usinas e geração de energia em redes de distribuição. Somos contra e tenho certeza que o orgulho que os paranaenses sentiram em 26 de outubro de 1954 quando Bento Munhoz da Rocha Neto assinava o Decreto nº 14.947 que dispôs sobre a organização de Sociedade de Economia Mista, sob o comando da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL. Não somos contra. Queremos apenas que se mantenha um preço mínimo e folgo em perceber, Deputado Beto Richa que V. Exa. soma no dia de hoje, com o seu PSDB, na defesa de um preço mínimo para as ações da COPEL, porque lembro com que orgulho anunciávamos mais de 100 mil ligações de "click rural" no governo do seu pai, para as minipropriedades espalhadas pelo interior do Paraná, subsidiadas pelo governo e pela COPEL.

Vejo com orgulho tantas e tantas vezes

em que governantes, privando outras prioridades, investiram no caixa do Tesouro na construção de hidrelétricas que orgulham e fizeram da COPEL a empresa referência nacional de energia elétrica.

Este patrimônio pertence ao povo do Estado do Paraná. Esse patrimônio pode ser utilizado em favor do desenvolvimento agroindustrial do nosso Estado, na geração de emprego do nosso Estado, como exige a feição moderna da administração e da política? Pode, desde que possamos manter um preço mínimo disso que custou tanto a tantos paranaenses.

Propomos uma Emenda em conjunto com muitos Parlamentares dessa Casa, fixando essas ações em 65% do patrimônio líquido. As ações da COPEL, Senhores Deputados - tenho aqui um levantamento do valor que elas estão hoje no mercado. Preço médio na Bolsa de São Paulo, das ações ordinárias: R\$ 7,00; das ações preferenciais, R\$ 5,75. Preço médio no Rio, R\$ 6,50 das preferências e R\$ 5,00 das ordinárias. Por que essas ações estão baixas? Porque o Governo do Paraná não está vendendo ações. 2% das ações estão na Bolsa. De quem são esses 2%? Aquelas ações que as Prefeituras tinham e que venderam para diversos bancos que compraram com corretores lá nos próprios municípios, que foi alvo de o Tribunal de Contas se manifestar, inclusive, esses 2% estão na Bolsa. Ora, o grande investidor não vai entrar na Bolsa para comprar 2%. No instante que se jogar na Bolsa o valor de 40% das ações da COPEL vai interessar ao grande investidor, mas qual é o preço? O preço é o das últimas 20 transações. Tanto faz, Deputado Vanhoni, se eram 2% ou 1%, se interessava a um grande grupo ou a um bodegueiro de esquina! São as 20 últimas. É claro que essas ações têm um valor maior do que isso. Tenho dito: a COPEL é a Vale do Rio Doce do Sul do Brasil. Não se pode entregá-la desta forma. Estamos sendo condescendentes, como homens de oposição, estabelecendo 65% o valor patrimonial dessas ações. É um bom negócio. O governo mesmo diz que quer colocar em caução.

Ora, se um lote de um milhão de ações, por exemplo, não for suficiente, põe 2 ou 3 milhões. Nada nos impede de votar nesta Casa uma autorização para que o Governo coloque em caução, pelo menos é o meu pensamento. Mas que na hora de transformar a caução em venda exista uma garantia de preço mínimo para a venda. O resto, que o Governo disponha desse patrimônio paranaense para fazer recurso. Somos solidários. Não queremos apenas que esta Companhia passe a perder a sua característica exatamente num momento em que as ações atingem o seu menor preço nas bolsas porque, se posso me fazer entender na coloca-

ção, num momento de dificuldade como esta, ação passa a ser supérfluo para o investidor que está com dificuldade de pagar até a folha de salário.

Então, estamos encaminhando essas duas ações e gostaríamos de discutir isto. Temos proposto esta discussão para encontrar uma saída. Momento complicado. Voltaremos na sequência, no ato da votação, a discutir outro assunto, trazendo dados, trazendo os números, trazendo uma preocupação estampada nos jornais de hoje.

Olha, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente, é sério, tem que registrar isto para que não passe batido na Assembleia, o Estatuto da COPEL diz no seu artigo 6º, que as ações preferenciais - ações que estamos autorizando a vender - terão prioridade na distribuição de dividendos mínimos, 10% ao ano, calculados com base no capital social, integralizado até 31 de dezembro do exercício findo. A COPEL está pagando esses 10% sobre basicamente 2% que está tramitando na Bolsa.

Vamos colocar 40%, vamos atingir uma distribuição de aproximadamente 250 a 300 milhões de Reais/ano nas ações preferenciais. Não vamos pagar. E não pagando, o próprio Estatuto diz que o direito ao exercício de voto pelos acionistas de ações preferenciais, ainda que temporário, passa a existir quando a companhia não pagar um determinado exercício social, o dividendo prioritário estabelecido estatutariamente, independente das razões que motivarem a falta deste pagamento.

Então, fica ainda esta advertência do instante em que estamos vendendo. Estamos autorizando vender no final do ano de 95, chegando ao fim do exercício financeiro de 95. É por este valor do exercício financeiro que vai se distribuir 10% do valor das ações preferenciais. Em não pagando essas ações, passarão a ter direito a voto e tendo direito a voto, vão assumir o controle da COPEL.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, encaminhamos as emendas, queremos discutí-las, conclamamos as lideranças do Governo para que possamos discutir com profundidade e com a visão de que ninguém de nós quer fazer oposição por oposição. Queremos ajudar o Governo, mas também preservar o patrimônio do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Péricles Mello com a palavra.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A posição do Partido dos Trabalhadores é semelhante a posição expressa pelo Deputado Caíto Quintana e a Bancada do PMDB. Queríamos apenas levantar mais algumas in-

dagações sobre o projeto do Governo que pretende vender ações da COPEL.

Não podemos aceitar que justamente neste momento em que a Assembléia Legislativa do Paraná acaba de aprovar empréstimos internacionais da ordem de 1 bilhão de reais, ou seja, quase que 25% do orçamento próprio do Estado endividando o Paraná, colocando recursos à disposição do Governo para investir em obras sociais, Programa Paraná Urbano, Programa Paraná Doze Meses, Meio Ambiente, Recuperação do Ensino Médio.

Justamente neste momento onde se endivida o Estado, o governo quer também vender uma de suas empresas, que é um dos seus maiores patrimônios.

A própria revista Exame coloca em que a empresa COPEL foi classificada como primeira empresa em eficiência, produtividade no ranking das empresas de energia elétrica em nosso País.

É muito estranho, é no mínimo estranho, que justamente quando o governo dispõe de recursos, como talvez nenhum outro governo dispôs, ao mesmo tempo em que ele se endivida, o Estado se endivida, vende o patrimônio que o Estado tem.

Essa é a primeira colocação que temos que fazer, o resto é sofisma; como é sofisma todo argumento que defende a privatização.

Ouvimos o diretor da COPEL quando esteve no Plenarinho da Assembléia dizer que, financiamento de energia tinha algumas formas, alternativas, uma seria empréstimo, mas a taxa de juro é muito alta, é uma taxa de juro mais alta do que o retorno do investimento, e por isso tinha que se apelar para capital privado.

Ora, mas é evidente que o capital privado só investe numa empresa, se ele esperar o retorno acima do que tem no mercado, em outros setores, senão não investir naquele setor. Isto é um sofisma puro, e é evidente que o capital privado ao investir numa empresa quer lucro, e vai ter lucro, como falou o Deputado Caíto Quintana.

Agora, mais grave que entregar esse patrimônio público - o Paraná, nesse momento de endividamento do Estado, - é entregar da forma que o Governo quer, num período dos ativos reais. Decai o seu valor, ao período recessivo, tudo vale menos, todo patrimônio hoje vale menos nesse país, por causa da recessão, e entregar uma empresa como a COPEL, vendendo ações a 25, a 30% do valor patrimonial, isso para mim cheira a negociata, porque não é o momento adequado, a própria Associação Comercial que ideologicamente, do Paraná, que está comprometida com a privatização das empresas estatais ou mistas, manifesta em seu documento a preocupação de que se essas ações forem vendidas, seja de forma

democrática e não facilite a monopolização dessa empresa através da compra por 1 ou 2 grupos econômicos poderosos e talvez vinculados ao Governo do Estado do Paraná.

Portanto, inicialmente nossa posição é contra a mais ainda, pelo momento em que está sendo colocada esta ação.

Como disse o Deputado Caíto Quintana, há duas alternativas. Uma, dos empresários que comprarem as ações; passam a receber dividendos, e o Estado do Paraná vai ter que começar a pagar dividendos para empresa privada, que vai comprar essa ação com esse interesse, e daí vai ficar, trocar seis por meia dúzia, porque os recursos que o Governo vai captar agora no mercado com a venda das ações a baixíssimo preço, vai ter que dispor depois para pagar os empresários que compraram as ações, ou então em troca, para não receber dividendos, esses mesmos empresários vão passar a ter poder dentro da empresa e vão dirigir as diretrizes da sua política, que vai ser uma política voltada a quê? A conseguir lucro, para eles comprarem as ações, através de que forma se consegue lucro, aumentando o preço da energia elétrica e outras formas que sabemos bem, isentos de privatizações internacionais na Argentina, no Chile, levaram essa situação de aumento das tarifas públicas e aprofundamento das misérias das pessoas que hoje ainda conseguem uma tarifa subsidiária.

Então, nos parece um sofisma, cada momento que é colocado em defesa, nesse momento histórico que passa o nosso Estado da venda das ações.

Por isso, a bancada do PT votará inicialmente contra o projeto; se por acaso formos derrotados na nossa intenção, apresentaremos, estamos apresentando emendas ao projeto. Uma emenda que limita que os preços mínimos de venda das ações da COPEL serão iguais ou superiores a 65% do seu valor patrimonial, para dificultar a dilapidação, equivocada, do patrimônio que custou tanto sacrifício do povo do nosso Estado.

Estabelecemos também, um limite máximo para a venda das ações, que não coloque em risco o poder de dirigir esta empresa que nos dá tanto orgulho. Essa é, em linhas gerais, a posição da Bancada do PT.

Outro assunto, Senhor Presidente, senhores Deputados, que nos traz a esta tribuna, diz respeito a uma notícia que lemos no Jornal do Estado que fala sobre a Comissão dos Notáveis, designada pelo Governador Jaime Lerner, para averiguar o episódio da Fazenda Saudades em Santa Izabel do Ivaí. Triste episódio, aonde três lavradores foram feridos e um deles teve a sua perna amputada na semana passada aqui em Curitiba.

E o nosso líder Ângelo Vanhoni cobrava

do Governo esse relatório, que era para ter saído em 15 dias e até agora não veio à luz.

Mas, diz o Jornal do Estado: que já está pronto o relatório da Comissão de Notáveis, convocada pelo Governo, para apurar o confronto entre policiais e agricultores sem-terra em Santa Izabel do Ivaí.

A redação final está sendo preparada por Francisco Accioly Neto, ex-Presidente e Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. A redação final do relatório é cercada de mistério. Há um acordo entre os membros da Comissão, para não antecipar conclusões aos jornalistas.

Os representantes do Governo na Comissão, Secretários Rafael Dely, da Habitação; e Giovani Gionedis, Especial do Governo, não aceitaram falar sobre o relatório durante os últimos dias.

De acordo com outro membro da Comissão, Wagner D'Angelis, que representa o Centro de Direitos Humanos Heleno Fragoso, não há mais componentes novos que possam integrar o relatório. O documento, que deve ser entregue ao Governador Jaime Lerner ainda este ano, está dividido em três partes.

Isso é importante, porque começa a dar razão pelo que parece a postura que levamos desde o início desse episódio trágico, dessa verdadeira mancha no Governo Lerner.

A primeira parte apresenta sugestões e propostas para reduzir o impacto político da violência policial no episódio. D'Angelis já havia adiantado à reportagem do JE que a Comissão pode pedir a punição de oficiais superiores e subalternos que participaram do despejo. Este deve ser um dos principais componentes da primeira parte do relatório. A Comissão vai questionar a decisão judicial que amparou a ação policial. O relatório deve ser encaminhado ao Poder Judiciário com sugestões para abertura de processo administrativo para avaliar a ordem de despejo, do Juiz de Santa Izabel do Ivaí, Raul Vaz da Silva Portugal.

Na segunda parte, Senhores Deputados, a Comissão sugere medidas preventivas que deveriam ser observadas pelos Poderes Executivo e Judiciário diante de situações semelhantes, com mandados de reintegração de posse expedidos pelos Juizes de Estado. O documento recomenda que sejam esgotadas todas as possibilidades de negociação antes do deslocamento de forças militares para o despejo. O relatório vai enfatizar esta sugestão: que tropas militares só sejam acionadas em caso de ameaça à segurança pública - condição que deverá ser atestada pelas diversas partes envolvidas na negociação.

Na terceira parte, o relatório vai su-

gerir que o Governador Jaime Lerner se empenhe junto ao Governo Federal se declarando favorável à reforma agrária e pedindo aceleração administrativa dos processos de desapropriação de áreas declaradas improdutivas.

Nos parece que, se for verdade, se essas notícias forem verdadeiras, a Bancada do PT estava cheia de razão e há um descompasso entre a postura do Secretário de Segurança Cândido Martins de Oliveira e a postura dessa Comissão, e a postura - talvez - do próprio Governador Jaime Lerner.

Queremos colocar este alerta, porque já fizemos ofício solicitando ao Governo que pague as indenizações necessárias ao lavrador que ficou mutilado com a ação violenta da polícia, por um Secretário que negou-se terminantemente a negociar com Deputados, para que o pior acontecesse, e o pior aconteceu. Era isso.

Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Grande Expediente.
Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No final do semestre passado, aliás, no começo desse semestre, acabei tendo uma discussão aqui em plenário, por uma impropriedade na hora de fazer o meu discurso, com o Deputado Nelson Justus. O Deputado Nelson Justus me advertiu naquela oportunidade, quando estava sendo discutido uma lei de incentivos fiscais através do ICMS, um grande programa do Governo do Estado para atrair investimentos no Estado do Paraná, e que estaria lastreando uma empresa do Grupo BAMERINDUS, que é a empresa INPACEL.

Naquela oportunidade - acho que incorretamente, reconheço isso - afirmei que o Banco BAMERINDUS estava passando por dificuldades. E lembro muito bem - e as notas taquigráficas demonstram - que eu achava que o Governo do Estado não podia comprometer 20% do ICMS de empresas estaduais para a constituição de um fundo, para, na realidade, socorrer a INPACEL, que tinha um problema financeiro contábil, na ordem de setecentos e cinquenta milhões de dólares.

Acho que com o tempo, depois daquela denúncia, o Governador parece que voltou atrás com o seu programa de incentivo, a INPACEL não pôde se socorrer daquela forma que estava sendo engendrada junto ao Palácio Iguaçu, e nada melhor como o tempo que foi transcorrendo, e hoje vejo corretamente o grupo, liderado pelo Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, se desfaz das ações da CSN. Vendeu as ações da CSN, ven-

deu as ações da USIMINAS, está numa negociação hoje com o Grupo BRADESCO para negociar a sua companhia de seguros. Isto, segundo o Presidente do Banco, Maurício Schulmann, para concentrar os investimentos e tentar resolver o problema da INPACEL que perdura até hoje.

Acho que o Deputado Caíto Quintana fez aqui uma breve exposição dos problemas com relação à venda das ações da COPEL, da forma como está o projeto hoje na Casa de Leis, do Deputado Duílio Genari, e eu gostaria que a responsabilidade, principalmente dos Deputados que dão sustentação ao Governo, porque até agora, desde que esse projeto entrou em discussão, não vi nem o Deputado Duílio Genari, e nenhum Deputado da sustentação defender o projeto e defender a venda das ações da forma como está no projeto, isto é, pela média dos últimos pregões. A área do Governo, especialmente o Secretário de Planejamento, Doutor Cássio Taniguchi, tem afirmado sistematicamente que as ações serão vendidas não por esse preço, e sim quando estiverem com preço condizente, que dê para vendê-las. Isto é, não venderemos as ações da COPEL pelos preços aviltantes que estão no dia de hoje. Isso são palavra do Secretário de Planejamento. Disse isso a mim e a outros Deputados. Com certeza deve ter dito a todos os Deputados da Bancada do Governo.

Ora, se o Governo do Estado não pretende vender as ações pelo preço aviltante que está aí hoje, pela média dos últimos 20 pregões, qual é o óbice para que coloquemos no projeto, que é uma própria garantia para o Governo e para a Assembleia Legislativa, que as ações sejam vendidas com o preço mínimo, como são as emendas apresentadas neste projeto, estipulando o limite de 65%, como disse o Deputado Caíto Quintana, já é na realidade uma demonstração de que toda a Bancada de Oposição - o PMDB - fechou a discussão de sua Bancada, junto com o Diretório. O PSDB, o PT estão dando uma demonstração de que em primeiro lugar, entendem que o Governo do Estado tem necessidade de reverter as ações da COPEL em liquidez, para fazer das ações o plano de governo. Têm esta compreensão. Não têm postura intransigente no sentido de que é contrário à venda das ações.

Então, não vejo o porquê que no corpo do projeto esteja o limitador de 65% do preço de venda mínima para as ações da COPEL. Há dois argumentos que se levantam na área do Governo: - e espero que os Deputados da área que dão sustentação ao Governo, pelo menos façam este debate conosco - primeiro, o BNDS não aceitaria e, segundo, o Governo precisa levantar dinheiro para fazer a sua contrapartida nos empréstimos externos.

Ora, não sou nenhum Deputado com larga

experiência em Poder Executivo, mas cá entre nós, Deputado Rossoni, o BNDS, que é um órgão nacional, que é um organismo federal, não colocaria nenhum obstáculo. Nenhum obstáculo, a não ser que traga isto por escrito. Duvido que o BNDS coloque qualquer obstáculo para que esta emenda, colocando os 65% do preço das ações, possa dificultar que o Governo do Estado coloque as ações como caução para aquisição de empréstimos no BNDS. Na realidade, não há nenhuma certeza; há um boato a respeito disso.

Hoje, as ações estão perto de 42, 45%, pelo preço que está aí colocado na média do seu valor. O Governo do Estado diz que não vai vender as ações por este preço e nem vai colocá-las em caução por este preço. Por qual preço vai colocar? Por 50%? Por 55%? O BNDS aceita por 55%? O BNDS aceita por 60%?

Porque se o Governo diz que não vai colocar as ações, vender as ações pelo preço que está, que a média dá 45%, por qual preço o Governo espera atingir: 60, 62, 63, 70%? Se é este valor, não vejo o porquê de o Governo não garantir para o conjunto da sociedade e a Bancada do Governo aceitar esta emenda, que é uma emenda coletiva, não é só da Bancada de Oposição, que defende teses de oposição desta Casa, mas é de Deputados, inclusive, que dão sustentação ao Governo de que esta emenda de 65% garanta o processo e a votação satisfatória deste projeto.

Mas gostaria de deixar aqui um pequeno alerta. Não quero ser o arauto de maus presságios. Não quero trazer aqui nenhum exercício de clarividência do que pode acontecer, mas é preciso alertar. É um dever nosso alertar. A Usina de Salto Caxias está sendo construída. O valor desta usina é de um bilhão de dólares. O valor patrimonial da COPEL é de quatro bilhões e meio.

O Governo do Estado está fazendo um consórcio para abrir o capital da Usina de Salto Caxias. Vai transferir para a iniciativa privada cerca de 55% desta Usina. E há boatos correndo no meio econômico do Estado do Paraná e na sociedade, que grupos econômicos paranaenses vão adquirir esses 55%.

Pelo projeto do Deputado Duílio Genari, que prevê a venda das ações por cerca de 40% do seu valor. Corre também na sociedade, Deputado Duílio Genari, boatos de que grupos econômicos paranaenses pretendem adquirir, tanto as ações da Usina de Salto Caxias, quanto da própria COPEL.

Quero deixar um alerta à bancada de sustentação do Governo, porque os boatos são muito claros e a gente precisa deixar isso bem claro. O Grupo INEPAR, o maior grupo econômico na área de energia elétrica

ca do Estado do Paraná inicia negociações para adquirir as ações da COPEL e para adquirir também, fazer parte do consórcio de Salto Caxias. É preciso lembrar que o Grupo INEPAR é um grupo econômico que deu sustentação ao candidato que hoje é o Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner.

Desnecessário lembrar que o Senhor Mário Celso Petraglia foi até Chefe de Gabinete, esteve até na assessoria especial do ex-Prefeito, Senhor Jaime Lerner. Gostaria de chamar atenção da bancada de sustentação ao Governo, que se esta operação, as pressas, a venda das ações da COPEL por este preço, na forma como está no projeto do Duílio Genari e porventura o Grupo INEPAR ou seus associados se assenhorearem do controle da COPEL e da Usina de Salto Caxias, Senhor Presidente, com certeza nos próximos dois anos nós vamos ter uma CPI na Assembléia Legislativa e que com certeza poderá terminar com a suspensão deste processo e com a revogação desta lei.

Espero que o Governador Jaime Lerner não esteja construindo a sua própria armadilha, que hoje parece ser um tapete persa muito bem bordado, mas que pode ser amanhã o cadafalso do seu futuro político.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PSC, PTB, PDT, PSB, PFL, PPR.

(Declinam)

PT, concedo a palavra ao Senhor Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PT já se pronunciou através do Líder, Deputado Ângelo Vanhoni e do Deputado Péricles Mello, sobre a COPEL e gostaria de reforçar hoje as denúncias com referência ao DETRAN. Parece que há muitas dúvidas entre os Deputados, e o Dr. Marcos Isfer tem explicado a cada Parlamentar as denúncias a que nos referimos nos últimos dias.

O Deputado Dr. Rosinha veio na última sessão e trouxe a este Plenário o conhecimento de uma licitação de trinta e seis milhões de reais. Senhores Parlamentares que apóiam o Governo isso representa 10% de todo o dinheiro que o Governo diz querer arrecadar, fica em torno de 400 a 500 milhões de dólares na venda dos primeiros lotes da COPEL, 10% disso foram objeto de uma licitação do DETRAN para informatização e isso era apenas mais uma das denúncias com referência ao DETRAN e quero fazer hoje aqui no Horário das Lideranças do PT um histórico para que a gente possa entender e mais tarde encaminharei a todos os gabinetes esses questionamentos básicos que poderiam não estar sendo feitos hoje em público, já que através de requerimento

aprovado em setembro deste ano, o Dr. Marcos Isfer teve a oportunidade de responder a este Parlamentar sobre questionamentos e mesmo tendo recebido ele se negou a dar a resposta e por isso entraremos ou na tarde de hoje ainda ou amanhã, ou mais tardar na quinta-feira com uma representação contra o Diretor do DETRAN por não prestar informações a esta Casa de Leis, atendendo um requerimento aprovado.

A primeira coisa, no começo do ano nós fizemos uma denúncia nesta tribuna sobre uma Cooperativa Médica, essa cooperativa estava formada para monopolizar todos os exames psicotécnicos e de saúde físico-mental de mais ou menos dois milhões e meio a três milhões de pessoas que têm carteira de habilitação no Paraná.

Essa cooperativa era formada na sua Diretoria Executiva por três homens, cargos de confiança do Dr. Marcos Isfer, até hoje funcionários do DETRAN.

E não obstante na época as negativas do Dr. Marcos Isfer na imprensa estadual, aonde ele dizia que este convênio estava apenas em estudo. Temos aqui, encaminhamos ao Ministério Público uma carta aonde o Dr. José Eduardo Viana - Presidente desta cooperativa diz que o convênio já estava firmado entre as partes, entre DETRAN e COMED, tornando a cooperativa única prestadora de serviço no Estado do Paraná. Tenho aqui assinatura dele e esta carta foi encaminhada a todos os psicólogos e médicos que prestam serviço ao DETRAN no Estado do Paraná.

Tal cooperativa iria movimentar algo em torno de 60 milhões de dólares nos 4 anos do Governador Jaime Lerner. E esse monopólio iria render, a título de "pro labore", 1% do faturamento bruto a cada um dos diretores executivos, os três diretores executivos. Inclusive esse homem que assinou essa carta é até hoje cargo de confiança do Dr. Marcos Isfer.

E quando ele desmentiu que o convênio não existia ele deveria ter no mínimo demitido os seus cargos de confiança.

Mas na época, ouvimos e não conseguimos provas, não conseguimos elementos suficientes mas sabíamos por denúncias que havia sido formado um outro cartel. Um outro esquema dentro do DETRAN do Paraná.

E qual não foi a nossa surpresa, agora em setembro, no final de agosto, recebemos uma cópia com timbre do DETRAN de um recibo, aonde as pessoas que iam no balcão do DETRAN negociar as suas dívidas de multas e outras, tinham de pagar a título de "pro labore" a uma determinada Associação de Advogados do DETRAN, num papel timbrado do DETRAN, e esse recibo era dado no balcão, sem que advogado nenhum fizesse parte da negociação.

O usuário era obrigado a pagar 10%

sobre as multas negociadas. Essa Associação Médica do DETRAN, essa Associação de Advogados do DETRAN, que é o mesmo esquema da COMED, da Cooperativa dos Médicos, só não foi denunciada por nós anteriormente porque não tínhamos conhecimento, quer dizer, sabíamos que algo estava acontecendo no DETRAN mas não conseguíamos elementos.

Esta Associação de Advogados foi objeto de um requerimento nosso aprovado nesta Casa no dia 1º de setembro deste ano e enviado ao Dr. Marcos Isfer através da Secretaria de Segurança do Secretário Cândido Martins que é quem de fato teria de prestar os esclarecimentos, no dia 29 de setembro desse ano eles se negaram a dar a resposta. E para culminar veio essa última denúncia com relação a um convênio firmado para informatização do DETRAN do Paraná, que foi de serviços de informatização do Paraná trazido pelo Deputado Florisvaldo Fier na última Sessão. Isso aqui mexe com 36 milhões de reais em 4 anos.

Fizemos as contas com o máximo de cuidado e achamos valores extremamente inferiores a esses, ainda colocando materiais de última geração e com profissionais extremamente bem pagos.

Essa licitação, segundo o Diretor do DETRAN aconteceu, houve licitação segundo ele para conseguir legalizar esse processo todo. Mas de fato, Deputado Rosinha, foi apenas para legalizar, o que faltou basicamente nessa licitação foi o que o direito da administração pública chama de publicidade. Teria que ter dado publicidade ao fato.

E eu pessoalmente telefonei para mais de 30 empresários na área de informática do Paraná que desconheciam completamente um processo de licitação envolvendo 36 milhões de reais para informatizar o DETRAN do Paraná. Foi uma surpresa para cada um deles falar que tal licitação ocorreu nos porões do DETRAN de forma expúria, de forma ilegal, de forma legalizada pelo papel, mas imoral pela falta de publicidade.

Agora, o rolo, o esquema com empresas de informática, e vou passar para os Senhores depois uma cópia disso; esquema de informática, já tinha acontecido no começo do ano, quando o Diretor do DETRAN do Paraná se envolveu num problema com uma empresa chamada Bludata, de Santa Catarina.

Para conseguir as informações junto ao DETRAN, Deputado Chab, o despachante lá do interior tem que mandar requerimento, ou tem que pedir por telefone.

O Diretor do DETRAN, e isso era uma coisa boa, tentou fazer uma inter-relação entre despachante e os terminais do DETRAN. Para isso, ele autorizou não diretamente através do DETRAN, mas através do Sindicato dos Despachantes do Paraná, que se firmasse convênios com cada despachante

e que eles tivessem acesso através de um modem a toda a informação, e isso nada mais justo para agilizar os processos.

Deputado Anibal Khury, qual não foi a nossa surpresa quando vimos o Presidente dos Despachantes do Paraná, indo a tiracolo com o dono de uma empresa de Santa Catarina chamada Bludata, de despachante a despachante do Paraná, fazendo reuniões em nome do Dr. Marcos Isfer, no Paraná todo, e o Dr. Marcos Isfer só mandou uma carta para os despachantes do Paraná dizendo que não tinha nada a ver com aquele esquema, quando a Bludata, incapaz, porque de fato o seu programa era muito ruim, feito em linguagem ultrapassada, quando os seus programas começaram a não funcionar e quando os seus computadores, os computadores vendidos às empresas começaram a não ser entregues. Aí, o Diretor do DETRAN tirou o corpo fora, mandou uma carta ao despachante dizendo que não tinha a ver com isso. Tinha sim, era esquema via Sindicato dos Despachantes.

Essas informações todas temos aqui, estamos passando hoje ou amanhã, no máximo, à mão de todos os Deputados, através de uma representação que entramos contra a Associação dos Advogados, e esperamos que depois dos tiros, da Secretaria de Segurança, nas pernas, pudéssemos ver pelo menos, menos tiros nos bolsos dos usuários do DETRAN do Paraná, através da Secretaria de Segurança, com atitude firme de barrar essas improbidades administrativas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, comunicando sua ausência nos dias 20 a 28 do corrente ano, atendendo convite, em Santiago do Chile. Comunica ainda, que a partir do dia 28 do corrente mês até 16 de janeiro do corrente ano, estará ausente do país. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 020/95, de autoria do Deputado

Neivo Beraldin, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Rejeitado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, no Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, inexistente qualquer óbice ao trâmite processual da matéria.

Sendo assim, opinamos pelo parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo Deputado Neivo Beraldin.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

PROJETO DE LEI Nº 020/95
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta Lei.

Parágrafo Único - Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:

I - distribuição local de gás canalizado;

II - vias estaduais, precedidas ou não da execução de obras públicas;

III - transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

IV - transporte ferroviário intermunicipal ou que transponha as fronteiras do Estado;

V - transporte aquaviário intermunicipal de passageiros;

VI - transporte aquaviário que procede a ligação de rodovia estadual;

VII - exploração de obras ou serviços estaduais de barragens, contenções,clusas, diques e irrigações, precedida ou não da execução de obras públicas.

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - poder concedente: o Estado;

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, e forma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração da obra por prazo determinado;

V - permissão do serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º - As concessões e permissões de serviço público e as concessões de obras públicas serão sempre precedidas de licitação, na modalidade de concorrência pública.

§ 1º - A concorrência sujeitar-se-á às disposições desta Lei e, no que for aplicável, às normas da legislação sobre licitações e contratos administrativos, somente sendo dispensada:

I - nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

II - nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

III - quando não acudirem interessados à licitação e esta, justificadamente, não

puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, as condições pré-estabelecidas.

§ 2º - É inexigível a licitação quando, comprovadamente, inexistir possibilidade de competição.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 1º deste artigo, a delegação deve ser feita mediante permissão.

Art. 4º - As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 5º - A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e no edital de licitação.

Art. 6º - O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

CAPÍTULO II Do Serviço Adequado

Art. 7º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º - Para efeitos previstos no parágrafo anterior considera-se:

a) regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no contrato de concessão e nas normas técnicas aplicáveis;

b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;

c) eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;

d) atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;

e) cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado dos usuários do serviço;

f) modicidade do preço dos serviços: a

justa correlação entre os encargos da arrendatária e a retribuição dos usuários.

§ 3º - Não se caracteriza como desconcontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso.

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 8º - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes a serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos lícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais são prestados os serviços.

CAPÍTULO IV Da Política Tarifária

Art. 9º - A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei, no edital e no contrato.

§ 1º - Os contratos poderão prever mecanismos de reajuste e revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 2º - O reajuste corresponde à atualização tarifária em decorrência da perda do valor aquisitivo da moeda.

§ 3º - A revisão corresponde à alteração do valor da tarifa em decorrência de eventuais distorções na estrutura de custos do serviço.

§ 4º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou menos, conforme o caso.

§ 5º - Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitan-

temente à alteração.

§ 6º - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 10 - A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

Art. 11 - A estipulação de novos benefícios tarifários pelo poder concedente fica condicionada à previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 12 - A concessão de qualquer benefício tarifário somente poderá ser atribuída a uma classe ou coletividade de usuários dos serviços, vedado sob qualquer pretexto, o benefício singular.

Art. 13 - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 18 desta lei.

Parágrafo Único - As fontes de receitas previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 14 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

CAPÍTULO V Da Licitação

Art. 15 - Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 16 - No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga de concessão, seja em dinheiro, obras,

equipamentos ou serviços;

III - a combinação de critérios referidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º - A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômica-financeira.

§ 2º - O poder concedente recusará propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 3º - Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

§ 4º - Nos casos em que o objeto da concessão admitir soluções alternativas, utilização de tecnologias distintas ou variações de execução, das quais possam resultar repercussões significativas sobre o nível do serviço a ser prestado, inclusive no que se refere à qualidade das obras ou produtividade e rendimento dos serviços, e estas alternativas de solução, de tecnologia ou de execução puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade de critérios objetivamente fixados e justificados no ato convocatório, é facultado à Administração adotar os tipos de licitação "técnica e tarifa" ou "técnica e oferta", nas quais a proposta técnica da licitante será objetivo de valorização mínima, para efeito de sua aceitação ou não, que antecederá sempre a análise da tarifa ou da oferta, conforme o caso.

§ 5º - É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo.

Art. 17 - A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 6º desta lei.

Art. 18 - Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Art. 19 - O edital de licitação observará, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos administrativos, e conterá especialmente:

I - o objeto, metas e prazo da concessão;

II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III - os prazos para o recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal dos licitantes;

VI - as passíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

VII - os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviços;

VIII - os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X - a indicação dos bens reversíveis;

XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

XII - a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução de obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;

XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

XIV - nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no art. 23 desta lei, quando aplicáveis;

XV - nos casos de concessão de obra pública ou concessão do serviço público procedida da execução de obra pública, os dados preliminares relativos à caracterização da obra, sendo facultado à administração exigir do licitante a apresentação do projeto básico na sua proposta técnica, podendo o projeto executivo ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras;

XVI - nos casos de permissão, os termos de contrato de adesão a serem firmados.

§ 1º - Nos casos em que as obras públicas ou os serviços públicos a serem concedidos necessitem de investimentos da concessionária o poder concedente poderá exigir que a licitante que apresentar a melhor proposta comprove previamente à adjudicação do objeto da licitação e à homologação do procedimento administrativo licitatório, de que dispõe ou disporá de recursos próprios ou de terceiros para exe-

cutar as obras, sob pena de desclassificação da proposta.

§ 2º - No caso de aportes de recursos de terceiros é facultado à administração aceitar que a comprovação a que se refere o parágrafo anterior seja realizada mediante a apresentação de carta de compromisso firme de instituição financeira de financiar diretamente ou de captar recursos para financiamento das obras e serviços.

§ 3º - O poder concedente fixará, no edital de licitação, o prazo de validade das propostas, decorrido o qual os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

Art. 20 - Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso, público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;

III - apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;

IV - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto no artigo 22, o licitante vencedor fica obrigado a promover antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º - A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Art. 21 - É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse da obra ou do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor constitua uma sociedade concessionária específica para celebrar o contrato e executar a concessão.

Art. 22 - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados vinculados à concessão de utilidade para a licitação, realizados para o poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 23 - É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relati-

vos à licitação ou às próprias concessões.

CAPÍTULO VI Do Contrato de Concessão

Art. 24 - São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, à área e o prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para reajuste e a revisão das tarifas;

V - aos direitos garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, do métodos e práticas de execução do serviço bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos bens reversíveis;

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas às concessionárias, nos casos previstos nesta lei;

XII - às condições para a prorrogação do contrato, quando for o caso;

XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;

XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e

XV - a foro e ao processo amigável de solução das divergências.

§ 1º - Os contratos relativos a concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:

I - estipular os cronogramas físico-financeiros da execução das obras vinculadas à concessão e;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

§ 2º - O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por

igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.

§ 3º - O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.

Art. 25 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

§ 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º - Os contratos celebrados entre a concessionária e aos terceiros a que se refere o parágrafo anterior, reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

§ 3º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Art. 26 - É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§ 1º - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§ 2º - O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites de subconcessão.

Art. 27 - A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente, implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos serviços;

II - comprometer-se a cumprir as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 28 - Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da

CAPÍTULO VII DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Art. 29 - Incumbe ao poder concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para a defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30 - No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo Único - A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

CAPÍTULO VIII DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 31 - Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e os registros dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais de concessão;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º - A concessionária que receber bens e instalações revertidos ou entregues à sua administração deve arcar com a responsabilidade pela manutenção e conservação dos mesmos, assim como pela sua reposição.

§ 2º - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

CAPÍTULO IX DA INTERVENÇÃO

Art. 32 - O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Único - A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 33 - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determi-

nantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º - O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considera-se inválida a intervenção.

Art. 34 - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração de serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO X DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação; e

VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º - Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º - Extinta a concessão, haverá imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vincu-

lados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 38 - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do artigo 27, e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º - A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior.

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2º - A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, referidos no parágrafo 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadra-

mento, nos termos contratuais.

§ 4º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia calculada no decurso do processo.

§ 5º - A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do artigo 36 desta lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º - Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 39 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pelas concessionárias não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento.

CAPÍTULO XI DAS PERMISSÕES

Art. 40 - A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Parágrafo Único - Aplica-se às permissões o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Fica o Estado autorizado a cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais conservadas ou vias federais delegadas.

Art. 42 - O poder Público procederá, periodicamente, a avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.

Art. 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44 - Revogam-se as disposições em

contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.95
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

Ainda, sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles de Mello, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/95

Acresce ao final do inciso VII, do Art. 25, do Projeto supracitado, a seguinte redação:

VII -, que serão cientificados em até 30 dias, das providências tomadas;

Inclua ao final do parágrafo único, do art. 26 do projeto em questão, a seguinte redação:

Art. 26 -

Parágrafo Único -, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de concedente, da concessionária e dos usuários;

Inclua ao final do art. 34, do projeto em tela, a seguinte expressão:

Art. 34 -, respeitadas as disposições do art. 23, desta Lei.

Acresce o § 5º- ao art. 35, da proposição em epígrafe, com a seguinte redação:

§ 5º - A indenização de que trata o § anterior, será devida na forma do art. 33, desta Lei, e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acresce ao final do caput do art. 10 do projeto em epígrafe, a seguinte expressão:

Art. 10 -, observado o disposto no art. 15, desta Lei.

Acresce ao final do inciso XV do art. 16, do Plano de Lei em tela, a redação a seguir:

Art. 16 -.....

XV -....., que conterà as cláusulas essenciais referidas no art. 20, desta Lei, quando aplicáveis;

Acresce mais dois artigos no capítulo V Da licitação - do projeto em exame.

Art. - É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

Art. - A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 5º desta Lei.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Modifica a redação do caput do art. 28, do projeto em epígrafe, pela seguinte:

Art. 28 - O poder concedente poderá, intervir na concessão, com o fim exclusivo de assegurar regularidade e adequação na execução do serviço bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO.

Encerrada a Discussão. O projeto retorna à Comissão de Justiça.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo, conforme especifica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA da C.C.J.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em nº de 19, de autoria de vários Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 468/95

O artigo 2º passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 71% (setenta e um por cento), do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia- COPEL.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Sérgio Spada, Cezar Silvestri

JUSTIFICATIVA:

Há 41 anos, o Paraná começava a solucionar um dos seus maiores problemas: o de falta de um sistema de energia elétrica capaz de sustentar o processo de industrialização e diversificação da economia, e de tornar acessível à população um benefício essencial para a melhoria da qualidade de vida.

Em 26 de outubro de 1954, o então Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, assinava o Decreto nº 14.947, criando a COPEL- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, com a missão de rapidamente implantar a infra-estrutura energética de cuja falta se ressentia o Estado.

Nessa época, o Paraná era servido por sistemas isolados, cuja abrangência limitava-se a algumas poucas cidades, e que eram propriedade de empresas particulares-muitas de capital estrangeiro.

Com interesses tão localizados, era impossível então, pensar num sistema elétrico verdadeiramente estadual, onde regiões de grande potencial hidro-energético pudessem transferir ao restante do Paraná a eletricidade ali produzida. Com sede e administração em outros estados, as empresas elétricas da época, além de distantes da realidade e necessidade do Paraná, enfrentavam problemas como esgotamento da capacidade de expansão e insuficiências de caixa.

Além disso, a maior parte da energia gerada era proveniente dos custosos motores a diesel, e que certamente inviabiliza grandes investimentos no reforço a ampliação dos sistemas elétricos.

Preso a essa realidade, o poder público via-se diante de um sério obstáculo nos planos de crescimento econômico e social traçados para o Estado. E coube à COPEL a tarefa de superá-lo.

Quem vivia no Paraná há 40 anos ou 50 anos, com certeza, lembra de várias histórias onde a personagem principal era a falta de eletricidade.

As indústrias não cresciam, a população achava motivos de sobra para reclamar, enfim a vida era muito mais difícil.

Os racionamentos eram comuns, e tinham até hora certa para começar. Tudo isso porque o sistema elétrico da época era muito diferente desse que conhecemos hoje, onde os estados se interligam e possibilitam que a energia gerada no Paraná seja consumida em Minas Gerais, ou que a energia gerada em Goiás venha a ser utilizada em Santa Catarina.

Antigamente as cidades que dispunham de eletricidade e eram poucas - valiam-se de sistemas isolados, onde algumas usinas respondiam diretamente pelo suprimento.

Ou seja, se não chovesse nas imediações daquela hidrelétrica específica, o racionamento era inevitável.

E mais, as concessionárias, em sua maioria de capital estrangeiro, tinham interesses bastante localizados, e por isso a interligação dos sistemas era uma realidade distante.

A necessidade de prover o estado de um sistema elétrico de grande porte, onde a energia produzida pudesse transitar em direção aos centros consumidores viabilizando a implantação de novos empreendimentos, levou o governo a criar a COPEL, a quem coube o desafio de rapidamente solucionar um panorama de escassez crônica de eletricidade, e ao mesmo tempo planejar novas usinas e linhas para alimentar o mercado consumidor.

FINALMENTE:

DADOS ATUAIS:

O consumo teve em 1994 um acréscimo de 6% em relação ao exercício de 1993 (o maior dos últimos anos), revelando tendências de aumento das taxas de crescimento.

Por essa razão, é necessária a continuidade de investimentos em projetos que ampliem a oferta de energia no nosso Estado. Por outro lado a participação do Paraná na produção nacional de energia primária que representava 5/7% em 1980, evoluiu para 13,9% em 1994.

Como dissemos, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, é o orgulho de todos nós paranaenses.

Esta EMENDA que estamos apresentando hoje, manterá o controle de 71% (setenta e um por cento) do total das ações ordinárias, pela COPEL, numa homenagem a todos os seus diretores, funcionários e colaboradores de todos os tempos e em especial ao saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que se vivo fosse, estaria hoje, completando 90 anos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02

Inclua-se, onde couber, o seguinte texto:

"7%(sete) por cento da totalidade, das

ações vendidas, serão destinadas aos Municípios do Estado do Paraná, com menos de cem mil habitantes."

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Edson Lino, José Maria Ferreira e Sâmis da Silva.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

Inclua-se, onde couber, o seguinte texto:

"7%(sete) por cento da totalidade, das ações vendidas, serão destinados à pavimentação das estradas: Irati - São Mateus do Sul; Inácio Martins - Guará e Estrada Boiadeira e outras".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Edson Lino e Sâmis da Silva.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

No parágrafo 1° do art. 1° substituir a expressão "com acompanhamento da Assembléia Legislativa pela seguinte locução: "por cinco Deputados da Assembléia Legislativa".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) BETO RICHA
NELSON TURECK
EDUARDO TREVISAN
MILTINHO PUPPIO
RENY BORSATTO

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Acrescentar um novo parágrafo ao art. 1° com a seguinte redação: "O Estado do Paraná nunca deixará indicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros da Diretoria, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal da COPEL".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) BETO RICHA
EDGAR BUENO
EDUARDO TREVISAN
MILTINHO PUPPIO
NELSON TURECK
RENY BORSATTO

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

Substituir no art. 2° a expressão "O Estado do Paraná poderá vender o percentual de 51% (cincoenta e um por cento), pela locução "O Estado do Paraná poderá vender até 40% (quarenta por cento)".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) BETO RICHA
EDUARDO TREVISAN
MILTINHO PUPPIO

NELSON TURECK
RENY BORSATTO

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 07

Modifica-se o art. 2°, do projeto em questão, pelo seguinte:

Art. 2° - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

Modifica-se os incisos I e III do art. 1° do projeto em epígrafe, bem como o § 3° pelos que seguem:

I - Até o limite de 30% (trinta por cento) das ações sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná;

II - Até o limite de 30% (trinta por cento) com e sem direito a voto, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, administrado pelo Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

§ 3° - Os preços mínimos de venda serão iguais ou superiores a 65% (sessenta e cinco por cento) de seu valor patrimonial.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 09

Acresce ao final do caput do art. 3° do projeto em tela, a seguinte expressão:

Art. 3° - ... desde que destinados, no mínimo 40% (quarenta por cento) de investimentos na construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI
EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 10

Substitui os arts. 4° e 5° do projeto em tela pelo seguinte:

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE
DOUTOR ROSINHA
IRINEU COLOMBO
PÉRICLES DE MELLO

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 11

Inclua-se onde couber:

Respeitado o controle acionário fixado nesta lei, poderá o Estado do Paraná dar em caução ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e outras operações financeiras, ações que detém na Companhia Paranaense de Energia a instituições de crédito oficiais.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) BETO RICHÁ

Apoio: Sâmis da Silva, Eduardo Trevisan, Cezar Silvestri, Jocelito Canto e Luiz Carlos Zuk.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 12

Substituir a redação do parágrafo 3° do art. 1°, pela seguinte redação, "As ações sempre serão vendidas em leilões organizados em Bolsa de Valores e para cada lote o Governo do Estado fixará um preço mínimo".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) BETO RICHÁ

Apoio: Eduardo Trevisan, Cezar Silvestri, Augustinho Zucchi e Jocelito Canto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 13

Art. 3° - ...

I - 50% reinvestido na geração, transmissão e distribuição de Energia;

II - 25% de livre aplicação por parte do Executivo;

III - 17% destinados a projetos e construção de pontes e estradas;

IV - 5% destinados a fomento agrícola;

V - 2% destinados às atividades de pesquisas e aquisição de equipamentos para o IAPAR.

VI - 1% destinado à promoção humana.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) CEZAR SILVESTRI
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
BETO RICHÁ
RICARDO CHAB
JOSÉ MARIA FERREIRA
EDSON LINO
JOCELITO CANTO
ALBANOR GOMES

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 14

Art. 1° - ...

§ 1° - A venda a que se refere este artigo, será efetivada parceladamente em operações de montantes adaptados às efeti-

vas necessidades do Tesouro Estadual, nunca superior a 25%, por exercício fiscal, contando com assessoramento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Fazenda, com acompanhamento da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoio: Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Ricardo Chab, Beto Richa, Edson Lino, Albanor Gomes e Cezar Silvestri.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 15

Acrescente-se à Emenda Substitutiva de autoria do Deputado Waldir Rossoni, que substitui "caput" do Artigo 1° e seu parágrafo 3°, a seguinte Emenda:

"Quando o Poder Executivo oferecer as ações como garantia de dívidas ou empréstimos e, na época da liquidação da operação, precisar negociá-las em definitivo, estando os valores diferentes do previsto na Lei 10.702/93, deverá solicitar autorização da Assembléia Legislativa do Paraná."

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Irineu Colombo, Emerson Nerone, Cezar Silvestri, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Jocelito Canto, Toti Colaço, Nereu Moura.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 16

PROJETO DE LEI N° 468/95

O § 3° do art. 1° passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3° - Os preços básicos de venda das ações não poderão ser inferiores a 65% do valor patrimonial da COPEL.

Sala das Comissões, em 19.12.95.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoio: Eduardo Trevisan, Cezar Silvestri, José Maria Ferreira, Beto Richa, Caíto Quintana, Edson Lino e Albanor Gomes.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, N° 17

O Artigo 3° do Projeto de Lei n° 468/95, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 3° - Dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei, no mínimo 50% (cinquenta por cento), serão destinados a investimentos em sistema de geração, transmissão e distribuição de energia.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, CAÍTO QUINTANA, NEREU MOURA, PÉRICLES DE MELLO, CEZAR SILVESTRI, TOTI COLAÇO, ÂNGELO VANHONI, EMERSON NERONE E LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 18

O § 3° do Artigo 1°, do Projeto de Lei n° 468/95, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° -

§ 1° -

§ 2° -

§ 3° - "Os procedimentos de vendas de que trata este artigo não serão levados a efeito se a avaliação específica, destinada a cada operação, indicar para o respectivo lote de ações preço mínimo inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) de seu valor de patrimônio líquido".

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, NEREU MOURA, PÉRICLES DE MELLO, CAÍTO QUINTANA, CEZAR SILVESTRI, ÂNGELO VANHONI, TOTI COLAÇO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EMERSON NERONE.

JUSTIFICATIVA:

É premente a necessidade de se alterar a redação do § 3°, do Art. 1°, do Projeto de Lei em referência, pois da maneira como está sendo colocado enseja a dilapidação do Patrimônio da COPEL, através da venda de suas ações à iniciativa privada a preços irrisórios.

É sobejamente sabido que o mercado de ações, em geral, despencou significativamente em todas as bolsas, com o advento do Plano Real, principalmente neste último semestre. Portanto, fixar os preços mínimos de venda pela média dos últimos 20 preços médios, como propõe o mencionado dispositivo que ora se pretende modificar, significaria desvalorizá-las em, no mínimo, dois terços de seu valor, o que, indubitavelmente, representaria a entrega da COPEL a grupos particulares, lesando, desta forma não só o patrimônio público estadual mas, principalmente, a todos os paranaenses.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 19

Artigo Único - Inclua-se onde couber:

Fica destinado dois e meio por cento do valor da venda das ações da COPEL, a um fundo de reserva, para a regulamentação das áreas consideradas como áreas de invasão em Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 19.12.95.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Carlos Simões, Luiz Cláudio Romanelli, Ângelo Vanhoni, Jocelito Canto, Nereu Moura, Irineu Colombo, Renato Adur, Beto Richa, Albanor Gomes, José Maria Ferreira, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Edson Lino, Péricles de Mello, Durval Amaral, Doutor Rosinha e Emerson Nerone.

O projeto retorna à Comissão de Justiça.

Ambos os projetos estão em Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Sobre a

Mesa, requerimento n° 4051, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Irineu Colombo e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 192/95.

Levanta-se a sessão.